

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

Os projetos educacionais da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: as trajetórias da Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos e a Escola Industrial (1871 – 1902)

David Penteado

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4040>

Submetido em: 2022-04-26

Postado em: 2022-06-01 (versão 2)

(AAAA-MM-DD)

Os projetos educacionais da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: as trajetórias da Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos e a Escola Industrial (1871 – 1902)

The educational projects of the Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: the trajectories of the Elementary Night School for Adults and the Industrial School (1871 – 1902)

David Francisco de Moura Penteadó¹

Resumo: A Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos e Escola Industrial, estabelecidas pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1825 – 1904) em 1871 e 1872, respectivamente, foram os dois únicos projetos educacionais bem-sucedidos da longeva agremiação. Sediadas no município neutro do Rio de Janeiro, as escolas integravam um pequeno grupo de escolas noturnas beneficentes e privadas, ocasionalmente subsidiadas pelo Governo Imperial, voltadas à educação de jovens e adultos da Corte. Por meio da pesquisa em documentos institucionais, relatórios oficiais, periódicos do período e a historiografia das escolas noturnas, o presente artigo buscou analisar a trajetórias das duas escolas através da composição dos seus corpos docentes e discentes, currículos e fundamentos. A partir dessa documentação, foram encontradas duas instituições robustas com cerca de três décadas de funcionamento, pelas quais mais cinco mil alunos passaram pelos seus bancos.

Palavras-chave: Escolas Noturnas; História da Educação; Rio de Janeiro.

Abstract: The Elementary Night School for Adults and the Industrial School, established by the Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1825 – 1904) in 1871 and 1872, respectively, were the only two successful educational projects of the long-lived association. Based in the neutral municipality of Rio de Janeiro, the schools were part of a small group of charitable and private night schools, occasionally subsidized by the Imperial Government, aimed at the education of young adults and adults in the Court. Through research on institutional documents, official reports, periodicals of the period and the historiography of night schools, this article sought to analyze the trajectories of the two schools from the composition of their faculty and students, curricula and foundations. From this documentation, two robust institutions were found with more than three decades of operation, through which more than five thousand students passed through their desks and stools.

Keywords: Escolas Noturnas; History of Education; Rio de Janeiro.

1. Introdução

A Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos e a Escola Industrial foram os dois únicos empreendimentos escolares bem-sucedidos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e uma das poucas escolas noturnas no município da Corte, ambas idealizadas na segunda metade da década de sessenta e estabelecidos na primeira metade da década de setenta. A primeira, dedicada à alfabetização e o ensino primário para jovens e adultos, funcionou entre os anos de 1871 e 1902; enquanto a segunda,

¹ Doutorando no programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Graduado em História pela Universidade Católica de Santos. A pesquisa que resultou na redação deste artigo contou com apoio do CNPq (133719/2020-0). OCRID: <https://orcid.org/0000-0003-1749-2294> E-mail: davidmoura95@hotmail.com

voltada ao ensino técnico e profissionalizante, entre os anos de 1872 e 1902. Sob o atrativo de cursos gratuitos, os Auxiliadores objetivavam que as classes trabalhadoras ingressassem nessas aulas noturnas. Ao mesmo tempo que as escolas integravam a pouco mais de uma dezena de escolas noturnas beneficentes de iniciativa particular no município neutro, e apesar de diversos estudos tratarem do fenômeno de escolas noturnas para trabalhadores, uma lacuna existe sobre a trajetória das escolas da *Auxiliadora*, com um número diminuto de pesquisas e com escopos pequenos.²

A *Sociedade Auxiliadora*, instituição de caráter privado com personalidade jurídica própria, foi oficialmente estabelecida em 1825, data na qual os seus Estatutos foram aprovados pelo Governo Imperial; com a cerimônia de inauguração tendo lugar em 1827. Agremiada por fazendeiros, intelectuais, industriais, proprietários e políticos, desde a primeira metade do Oitocentos ela organizava seus recursos para a realização de projetos com o objetivo de concorrer para a ilustração de agricultores e industriais, buscando, em última instância, o progresso material do Império. Na segunda metade da década de sessenta, com 1365 filiados,³ esses esforços consistiam em um conservatório industrial, a publicação de impressos voltados a vulgarização científica, como o periódico mensal *O Auxiliador da Indústria Nacional* (1833 – 1892; 1896) e manuais agrícolas, um programa de prêmios para memórias e produtos agrícolas, a distribuição de sementes, plantas e raízes entre agricultores, e uma campanha pela imigração e colonização no Império como uma ferramenta para substituir a mão-de-obra escrava. A realização desses empreendimentos se inseria no contexto dos esforços em benefício da indústria, cuja semântica englobava a agricultura e a indústria fabril.⁴

Desde a década de vinte, os Auxiliadores argumentavam que, entre os entraves para o desenvolvimento e progresso material do Império do Brasil, os baixos níveis de instrução do seu capital humano era um elemento central. No contexto do projeto da *Auxiliadora*, o analfabetismo no Império do Brasil era a regra, com a alfabetização sendo a exceção. No primeiro censo realizado no Império, em 1872, o nível registrado de analfabetismo foi de 82,3%,⁵ um número que se pode presumir maior em anos anteriores.

² MIZUTA, Celina Midori Murasse. **A escola noturna de instrução primária para adultos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**. In: 2 Encontro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Artes da FAP, 2009, Curitiba, v. 1.

³ SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. **Relação de Socios, Perpetuos, Honorarios, Correspondentes e Effectivos...** Rio de Janeiro: Typographia de Cotrim & Campos, 1866.

⁴ “[...] arte, destreza, para granjear a vida, engenho, traça, em lavar e fazer obras mecânicas”. In: SILVA, A. de M. Dicionário de Língua Portuguesa. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, t.1. Verbetes: indústria.

⁵ FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. **Educação & Sociedade** [online], Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, Dez. 2002.

Em 1869, o número de crianças em idade escolar (i.e., sete a onze anos) matriculadas em escolas primárias era de apenas 8% do total, contabilizado em 106 mil; e com um crescimento pífio durante o Oitocentos.⁶ Embora o sistema escravista frequentemente compusesse parte da explicação para o baixo nível de instrução e, em corolário, a estagnação econômica do Império, dificilmente ela poderia explicar esse problema satisfatoriamente⁷ e os Auxiliadores pareciam reconhecer esse problema.

No primeiro ano da década de setenta, a cobertura escolar de instrução primária no município da Corte era realizada por escolas públicas e particulares. Do primeiro grupo, havia 49 escolas públicas, das quais 28 eram para o sexo masculino e 21 para o sexo feminino, com uma frequência de 2480 alunos e 1903 alunas para o ano de 1870.⁸ Do segundo grupo, com quase o dobro de estabelecimentos, havia 109 escolas particulares, das quais 54 para o sexo masculino e 55 para o sexo feminino. A despeito do maior número de estabelecimentos, porém, as escolas privadas possuíam uma capacidade notadamente menor, com uma frequência de 5728 alunos.⁹ De acordo com o estudo de Antônio de Almeida e Oliveira (1843 – 1887),¹⁰ havia mais de trinta mil indivíduos em idade escolar fora da escola no início da década de setenta na Corte. A capilaridade e cobertura eram reconhecidamente ineficientes, com diversas freguesias não atendidas satisfatoriamente por escolas públicas.

Paralelamente, instituições beneficentes estabeleceram escolas para indivíduos maiores de quatorze anos de idade e que não se alfabetizaram, acolhendo alunos pobres sem a necessidade de pagamento. Dentre essas instituições, se destacavam a escola da Imperial Sociedade Amante da Instrução;¹¹ o Liceu de Artes e Ofícios, estabelecida pela Sociedade Propagadora das Belas-Artes e em funcionamento desde o ano de 1856, nonde eram ministradas aulas de aritmética, álgebra, desenho de figuras e geométrica no período noturno;¹² e a escola noturna da Reunião dos Expositores da Indústria Brasileira, em

⁶ LEFF, Nathaniel Hyman. Economic Retardation in Nineteenth-Century Brazil. *The Economic History Review*, 1972, v. 25, n. 3, p. 489-500

⁷ *Ibidem*, p. 492-4.

⁸ BRASIL. Ministério do Império. Ministro (João Alfredo Corrêa de Oliveira) Relatório do ano de 1870 apresentado à Assembléa Legislativa na 3ª Sessão da 14ª Legislatura. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871, Anexo D, p. 4

⁹ *Ibidem*, Anexo D, p. 16-20.

¹⁰ OLIVEIRA, Antonio de Almeida. *O ensino público*. Brasília: Senado Federal, 2003 [1873], 326 f.

¹¹ RANGEL, Ronaldo Raemy. *A trajetória da Sociedade Amante da Instrução: entre o pragmatismo e o humanismo da elite imperial (1829 - 1876)*. 2013. 189 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2013.

¹² BIELINSKI, Alba Carneiro. *Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro – dos pressupostos aos reflexos de sua criação – de 1856 a 1900*. 2003. 215 f. Dissertação (Mestrado em História e Crítica da Arte) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003, 150 f.

1870.¹³ Somam-se a essa lista as escolas do Liceu Literário Português; da Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Lagoa e do Instituto Comercial. Embora nem todas essas instituições fossem voltadas tão-somente a instrução primária, com algumas disponibilizando cursos profissionalizantes.¹⁴

Na *Auxiliadora*, o interesse para a criação de escolas era antigo, remontando aos seus primeiros anos de atividade, embora malsucedido. Na década trinta, foi criado um projeto para o estabelecimento de cursos noturnos gratuitos no prédio do Museu Nacional. Apesar da sanção governamental,¹⁵ a falta de referências e ausência de menções nos inclina a concluir que elas nunca funcionaram – opinião essa compartilhada por Ladislau Netto (1838 – 1894), diretor do Museu Nacional na segunda metade do Oitocentos e sócio da *Auxiliadora*.¹⁶ Em 1849, novamente se tentou estabelecer cursos no prédio do Museu, na forma da criação da cadeira de química, ocupada por Pedro de Alcântara Lisboa (1821 – 1885).¹⁷ Disputas sobre o salário e a própria necessidade daquele empreendimento, no entanto, levaram a sua saída do cargo. É incerto se alguma aula foi ministrada.¹⁸ Apenas três anos mais tarde, foi proposto que se fundasse uma escola prática onde se ensine o uso dos instrumentos agrários, mas o projeto foi igualmente malfadado.¹⁹

A partir de 1857, os seus Estatutos passaram a trazer, entre os objetivos da entidade, o estabelecimento de “cursos teóricos em que se desenvolvam as doutrinas, e se expliquem os princípios sobre que se baseiam as diversas industriais”,²⁰ restabelecendo o projeto educacional entre os principais objetivos da associação. Mas, fossem restrições orçamentárias ou prioridades distintas, a associação não discutiu uma proposta efetiva para criação de Escolas nos anos que se seguiram. Após a Primeira Exposição Nacional, em 1861, celebrada com a concorrência da *Auxiliadora*, o conselheiro Joaquim Antônio

¹³ **O Trabalho**. Rio de Janeiro: [s.n.], ano I, n. 5, 15 de outubro de 1870, p. 1-4.

¹⁴ Por vezes se asseverou que a escola da SAIN foi a primeira escola noturna do Rio de Janeiro ou do Brasil, mas tantos outros cursos noturnos de instrução primária para adultos a precederam.

¹⁵ BRASIL. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1830**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, t. II, 1876, p. 26-27

¹⁶ *Ibidem.*, p. 26-27; NETTO, Ladislau de Souza Mello. **Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870, p. 59-60.

¹⁷ SESSÃO do dia 11 de maio de 1849. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Brasiliense de F. M. Ferreira, v. IV, 1849, n. 1, p. 30.

¹⁸ *Ibidem.*, p. 37; 39-40.

¹⁹

²⁰ BRASIL. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1857**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, t. XX, v. II, 1857, p. 153-9.

de Azevedo²¹ (1819 – 1878)²² argumentou que ela havia deixado “ver bem patente o atraso em que estamos a respeito da nossa indústria [...]”.²³ Para Azevedo, a associação poderia concorrer para o progresso da indústria nacional por meio da educação profissional em escolas. Assim, em 1865, por iniciativa sua, o Conselho Administrativo da associação tornou a discutir uma proposta para criação de escolas, na forma do estabelecimento de uma escola elementar, secundária e prática.

1. Dois Projetos (1865 – 1871)

Na sessão do Conselho Administrativo de quinze de julho de 1865, Joaquim Antônio de Azevedo propôs, pela vez primeira, que a *Sociedade Auxiliadora* formasse uma comissão para analisar o projeto da criação de uma instituição intitulada Escola Industrial.²⁴ Um mês mais tarde, apesar de uma análise positiva da comissão, que estabelecia um paralelo entre a atitude dos governos em relação a educação pública, quando antes estes “temiam os governos instruir os povos e os deixavam permanecer na ignorância [...]”, em oposição à dita modernidade iluminista, no qual os indivíduos ilustrados enxergariam na instrução do operariado como “[...] uma necessidade palpitante, reconhecida e afagada por todos os governos dos povos civilizados”, as discussões se prolongaram e não se conseguiu uma deliberação.²⁵

Não se ouviu sobre a proposta durante os dois anos seguintes, até que na sessão do Conselho Administrativo de 15 de março de 1867, com a presença do Imperador D. Pedro II, que comparecia à sede da agremiação pela décima primeira vez, o presidente da associação colocou para discussão a proposta de Azevedo para que, ao lado da Escola Industrial, fosse criada uma Escola Primária para Adultos. De acordo com a proposta, pela vez primeira apresentada em primeiro de março daquele ano, a Escola Primária seria financiada com o objetivo de preparar, por meio do ensino elementar, os alunos para frequentarem a Escola Industrial, voltada para uma instrução técnica e profissionalizante.

²¹ Azevedo foi um dos sócios mais importantes da SAIN. Em determinada ocasião, foi chamado de “segundo Ignácio Alvares”, em referência ao seu fundador. Cf. SESSÃO do Conselho em 15 de Junho de 1886. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, v. LIV, 1886, n. 6, p. 123.

²² BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, t. 4, p. 84-6.

²³ AZEVEDO, Joaquim Antônio. Creação de uma escola industrial... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia de Cotrim e Campos, v. XV, 1866, n. 8, p. 299.

²⁴ SESSÃO do Conselho em 15 de julho de 1865. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, v. XIV, 1865, n. 8, p. 296-299.

²⁵ Idem.

As discussões se estenderam por mais duas sessões, em primeiro e quinze de abril, igualmente honradas com a presença de Sua Majestade Imperial, nas quais as propostas para a Escola Primária e Industrial foram debatidas concomitantemente. Alguns membros do Conselho, como Giacomo Raja Gabaglia (1826 – 1872) e Lopo Diniz Cordeiro (1834 – 1919), manifestaram preocupação de que o curso, por ser noturno, seria pouco frequentado. As discussões se esmiuçavam nas particularidades de ambos os projetos, com o presidente da associação, José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco (1819 – 1880), por exemplo, propondo a introdução do ensino do desenho linear para o currículo. No segundo dia de discussões, os debates foram tomados pela premência da questão financeira. A Escola Primária, assim como a Industrial, ambicionava instruir jovens adultos gratuitamente, requeria vários contos de réis para seu custeio. Na visão do tesoureiro, José Botelho de Araújo Carvalho (1827 – 1907), a associação não possuía os fundos para tal empreendimento – opinião combatida pelo proponente.²⁶

Na última sessão, em quinze de abril, iniciada após a vênua de D. Pedro II, nonde também teve lugar o terceiro dia de discussões, foi colocado para votação o projeto de Azevedo. Dada a complexidade do projeto e sua vultuosidade, e por iniciativa do próprio Azevedo, a proposta para a criação das duas foi desmembrada. Após votação, cujos detalhes não conhecemos, a criação da Escola Primária foi aprovada pelo Conselho. A discussão e eventual votação acerca de uma Escola Industrial foi postergada.²⁷ Em sessão de Assembleia Geral de 18 de março de 1868, o regulamento da escola foi aprovado.²⁸ No mesmo dia, Azevedo foi eleito diretor da Escola Primária.²⁹ Assim como as demais posições do Conselho, esse cargo não seria remunerado.

De acordo com esse regulamento, poderiam se matricular na Escola Primária qualquer indivíduo livre do sexo masculino e maior de quatorze anos de idade. Não haveria qualquer custo por parte dos estudantes. As matérias ensinadas na escola seriam “ler, escrever, contar; os elementos de gramática nacional, o sistema legal de pesos e medidas e os princípios gerais de moral e religião”. As aulas teriam lugar três vezes por semana em dias intercalados, com três horas de duração, se iniciando às sete horas da noite no verão e às seis horas da noite durante o inverno. Para ministrar as aulas, se

²⁶ SESSÃO do Conselho em 15 de Março de 1867.... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia de Cotrim e Campos, v. XVI, 1867, n. 5, p. 171-186.

²⁷ SESSÃO do Conselho em 15 de Abril de 1867.... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia de Cotrim e Campos, v. XVI, 1867, n. 6, p. 233-5.

²⁸ SESSÃO de Assembléa Geral em 18 de Março de 1868. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia de Cotrim e Campos, v. XVII, 1868, n. 4, p. 129-132.

²⁹ *Ibidem*, p. 134.

contrataria um professor que também seria responsável pela matrícula dos alunos, pontos de frequência, notas de merecimento e comportamento.³⁰

Meses mais tarde, em agosto de 1868, as matrículas para alunos foram abertas no dia primeiro daquele mês. A Escola Primária havia sido estabelecida na Rua do Hospício, n. 268, na freguesia do Santíssimo Sacramento, atual Rua Buenos Aires, a poucas quadras do Museu Nacional, onde era sediada a *Auxiliadora*. Durante o dia, o prédio na Rua do Hospício abrigava a escola pública para meninos daquela freguesia. O edifício havia sido concedido pelo Governo Imperial para uso da associação durante o período noturno, embora ela permanecesse com o ônus de custear os custos de operação do prédio durante esse período.³¹ Como professor, foi contratado João Rodrigues da Fonseca Jordão, que também era professor de instrução primária durante o dia na mesma escola.³² Para dar notícia da abertura dos cursos, a associação fez publicar anúncios em jornais da Corte:

Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. — Escola noturna para adultos. — Tendo esta Sociedade fundado um curso noturno de instrução primária, gratuito, para operados e aprendizes que não possuamos rendimentos elementares, assim se faz público para conhecimento dos mestres e diretores de oficinas, a fim de que dirijam o pessoal de seus estabelecimentos à esta escola, cuja matrícula se acha aberta na casa que tem de funcionar a mesma escola à rua do Hospício n. 268.³³

O esforço, porém, foi debalde. Os anúncios não trouxeram nem mesmo um único aluno para se matricular. Anos depois, Joaquim Antônio de Azevedo narrou ter pessoalmente visitado, com outros filiados, fábricas e oficinas para convidar os trabalhadores a se matricularem, mas o esforço deles foi igualmente infrutífero. Resolutos, mais uma vez recorreram a anúncios na imprensa, endereçando-os aos pais, proprietários, mestres de obras e diretores de fábricas uma mensagem para que eles aconselhassem seus filhos e funcionários a se matricularem na escola. Um mês após a abertura da escola, contudo, ela permanecia inoperante devido à falta de alunos, problema a respeito do qual Azevedo conjecturaria várias razões para esse problema. Em um primeiro momento, aventou a possibilidade de que a reticência ou desinteresse daqueles

³⁰ PROJECTO para a Escola... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia de Cotrim e Campos, v. XVII, 1868, n. 2, p. 61-6.

³¹ BRASIL. **Ministério do Império (Paulino José Soares de Souza) relatório do anno de 1868 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 1ª sessão da 14ª legislatura**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869, p. 27.

³² ESCOLA Nocturna.... **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, ano 47, n. 228, p. A1, 17 de agosto de 1868.

³³ AZEVEDO, Joaquin Antônio de. Exposição sobre a Escola... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XXXVIII, 1870, n. 2, p. 58.

indivíduos era porque “[...] tinham vergonha de ir à escola aprender o que não sabiam e de que tanto careciam”. Por outro lado, argumentou como os responsáveis por esses jovens, fossem os pais, proprietários de estabelecimentos industriais ou mestres de obras, pouco se importavam com sua instrução; em vez disso, priorizavam o trabalho. Ao fim, contudo, a conclusão de Azevedo foi a de que a legislação era deficiente por não criar compulsoriedades para que eles procurassem uma escola e, em uma proposta para qual dedicou mais atenção, era deficiente por não conceder incentivos para que operários jovens e pobres, matriculados em cursos tais como o da Escola Primária, fossem isentos do recrutamento e serviço para a Guarda Nacional da mesma forma que estudantes de cursos preparatórios e de ensino superior o eram.

Mais tarde naquele ano, em 21 de setembro, Azevedo enviou um ofício ao presidente da associação relatando as dificuldades enfrentadas pela Escola Primária e as suas propostas para o melhoramento da situação na qual se encontrava. Para o seu idealizador, a mais significativa medida seria a “[...] isenção do recrutamento e do serviço da guarda nacional tão somente para os operários matriculados na escola” conquanto frequência, aplicação e aproveitamento deles fossem certificados pelo diretor da escola. A requisição se fundava no argumento de que instituições similares haviam também requisitado isenções para os seus alunos,³⁴ com base no artigo 14 § 3º da lei nº 602, de 19 de setembro de 1850.³⁵ Sem a implementação dessa medida, argumentou, a escola não poderia ter sucesso. Em outras ocasiões, ele chamou a Guarda Nacional o grande inimigo do operário nacional. Por sua vez, José Maria da Silva Paranhos remeteria, em 12 de outubro, o pedido para o Ministro e Secretário dos Negócios do Estado do Império, Paulino José Soares de Souza (1834 – 1901).³⁶

Apesar de algumas concessões, como isentar no máximo vinte alunos da escola do recrutamento, o que Azevedo argumentaria ser inócuo; nada foi comentado acerca do serviço para a Guarda Nacional. Por fim, foi relatado que as negociações foram finalizadas em setembro de 1869. Quaisquer outras que fossem as concessões obtidas ou não, pois não são elas conhecidas, a Escola Primária encerraria o ano de 1869 sem que um único aluno houvesse se matriculado. Em um aparte, a despeito dos relatórios

³⁴ SESSÃO do Conselho em 9 de Outubro de 1868. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia de Cotrim e Campos, v. XVII, 1868, n. 11, p. 430-2; AZEVEDO, Joaquim Antônio de. Sobre a Escola Nocturna... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, v. XXXVIII, 1870, n. 2, p. 60-1.

³⁵ BRASIL. **Lei nº 602, de 19 de Setembro de 1850**. Dá nova organização á Guarda Nacional do Imperio.

³⁶ SESSÃO do Conselho em 9 de Outubro de 1868. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia de Cotrim e Campos, v. XVII, 1868, n. 11, p. 432-3.

institucionais, é possível que algumas aulas tenham sido ministradas na escola da freguesia do Santíssimo Sacramento. Conquanto a documentação interna não apresente evidências nesse sentido, o relatório da Secretaria de Estados dos Negócios do Império de 1869 afirmou que um chinês³⁷ havia frequentado a escola, mas não por muito tempo.³⁸

Com o insucesso em obter todas as concessões desejadas do Governo Imperial, o Conselho passou a buscar o auxílio entre seus filiados. Assim, por concorrência de outro associado, o engenheiro André Pinto Rebouças (1838 – 1898), à época diretor geral das obras hidráulicas e internas da alfândega, foi requisitado que os jovens que ambicionassem por trabalhar nas referidas obras, e não soubessem ler, fossem obrigados a frequentar a escola da *Auxiliadora*. Após o aval de André Rebouças, a escola finalmente conseguiu os seus primeiros alunos: quarenta e seis.³⁹ Antes do início do ano letivo, mais sete alunos se matriculariam, totalizando cinquenta e três alunos. Apesar do projeto não ter obtido fruição por dois anos, a inauguração da Escola Primária havia sido marcada para janeiro de 1870.⁴⁰

Os problemas, contudo, não haviam se encerrado. Em maio de 1870, o novo diretor, José Manoel Garcia (? – 1884),⁴¹ explicou ao Conselho que a Escola Primária sequer havia sido instalada na Rua do Hospício porque não somente o professor contratado pela associação, João Rodrigues da Fonseca Jordão, não mais desejava o emprego, bem como não consentiu que ela fosse estabelecida na escola na qual era professor.⁴² Pouco tempo depois, foi explicado que Jordão declarou não poder se responsabilizar pela conservação dos móveis da escola, uma vez que a sala fosse entregue para outro professor.⁴³ Apesar da contenda, os membros do Conselho optaram por

³⁷ O relato é particularmente cômico porque a SAIN e o Governo Imperial estavam envolvidos em longas discussões sobre a imigração chinesa para o Império, sobre a qual muitos membros do Conselho da agremiação se opunham, com destaque para Nicolau Joaquim Moreira. Cf. LIMA, Sílvio Cezar de Souza. **Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)**. 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, 2005.

³⁸ BRASIL. **Ministério do Império (Paulino José Soares de Souza) relatório do ano de 1869 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na sessão segunda sessão da décima quarta legislatura em 1870**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870, p. 10-11.

³⁹ Sobre o perfil desses alunos, ver: SESSÃO do Conselho em 1º de Dezembro de 1869. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia de Cotrim e Campos, v. XVIII, 1869, n. 12, p. 499-500.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 514.

⁴¹ Adicionalmente, ele era mestre em artes, professor de latim e francês e secretário do Colégio Dom Pedro II.

⁴² SESSÃO do Conselho em 16 de Maio de 1870. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XXXVIII, 1870, n. 5, p. 193-4.

⁴³ SESSÃO do Conselho em 17 de Junho de 1870. *Ibidem*, n. 6, p. 232-3.

continuar com os planos para a instalação da Escola Primária no prédio da escola na freguesia do Santíssimo Sacramento.⁴⁴

Para a substituição de Jordão, foi nomeado, em junho, Camillo de Lellis da Silva Júnior (? – ?), sócio efetivo da associação.⁴⁵ Embora pouco seja conhecido a seu respeito, se sabe que ele era engenheiro geógrafo⁴⁶ e professor há pelo menos vinte anos.⁴⁷ Novamente, porém, não foi essa a solução derradeira. A substituição de Jordão causou um desentendimento entre o Conselho e Paulino José Soares de Souza, que ocupava interinamente o cargo de inspetor geral da instrução primária e secundária do município. Como as aulas à noite não seriam ministradas pelo professor da escola pública, o ministro informou o Conselho que a autorização para utilização do prédio da escola não era mais aplicável. Com essa decisão do gabinete, Garcia se viu forçado a procurar, entre os edifícios públicos do município, um novo local para o estabelecimento da escola.⁴⁸

Quase três meses mais tarde, em setembro, Garcia notificou o Conselho que algumas das salas do edifício do Arquivo Público, na Rua do Ourives, n. 1, haviam sido desocupadas por razão da saída do Hospital da Ordem Terceira do Carmo.⁴⁹ Após seis meses de prospecção e negociação com o Governo Imperial, em 9 de janeiro o Conselho foi notificado que a Secretaria de Estado dos Negócios do Império havia mandado preparar uma sala no prédio do Arquivo Público⁵⁰ para que fosse utilizado para instalação da escola.⁵¹ Finalmente, em maio, o Conselho foi informado que a preparação para sua instalação no referido prédio havia sido concluída e a sala se encontrava à disposição.⁵² O Governo Imperial arcou com todas as despesas relativas à pintura, papel de parede e encanamentos para água, esgoto e gás.⁵³

Posteriormente, o Conselho foi informado que as tratativas para a concessão na sala do prédio na Rua dos Ourives haviam sido realizadas por José Ildefonso de Sousa

⁴⁴ SESSÃO do Conselho em 1º de Agosto de 1868. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia de Cotrim e Campos, v. XVII, 1868, n. 9, p. 334.

⁴⁵ SESSÃO do Conselho em 15 de Julho de 1870. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, v. XXXVIII, 1870, n. 7, p. 293-4.

⁴⁶ SILVA JUNIOR, Camillo Lellis e. Discurso pronunciado pelo... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, v. XXXIX, 1871, n. 6, p. 248.

⁴⁷ GARCIA, José Manoel. Discurso proferido pelo mestre em artes... Ibidem, p. 246.

⁴⁸ SESSÃO do Conselho em 1 de Agosto de 1870. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XXXVIII, 1870, n. 8, p. 312.

⁴⁹ SESSÃO do Conselho em 17 de Setembro de 1870. Ibidem, n. 9, p. 367.

⁵⁰ Atuais Ruas Rodrigo Silva e Miguel Couto.

⁵¹ SESSÃO do Conselho em 4 de Fevereiro de 1871. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, v. XXXIX, 1871, n. 2, p. 57.

⁵² SESSÃO do Conselho em 15 de Maio de 1871... Ibidem, n. 5, p. 198.

⁵³ SESSÃO do Conselho em 16 de Maio de 1870. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XXXVIII, 1870, n. 5, p. 200-1.

Ramos, Barão das Três Barras (1812 – 1883), vice-presidente da *Auxiliadora*, senador e membro do Conselho de Estado. Utilizando-se de sua influência, o Barão das Três Barras negociou com João Alfredo Correia de Oliveira (1835 – 1919),⁵⁴ Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a concessão de uma sala em um prédio público para a escola. Essa relação entre a agremiação e o Governo Imperial estava longe de ser atípica, porém. Os cargos de presidente e vice-presidente da associação eram frequentemente ocupados pelos mais importantes nomes da política imperial. Desde 1865, o presidente da associação era o Visconde do Rio Branco, à época Ministro e Secretário das Relações Exteriores e membro do Conselho de Estado. Como apresentado, a relação entre o Governo Imperial e a *Auxiliadora* se mostrou profícua desde a sua fundação, com os vínculos se multiplicando no decorrer dos anos; a partir do ano de 1837 a agremiação se encontrava sob enquadramento ministerial⁵⁵ e beneficiária de subsídios anuais pagos pelo Tesouro Nacional desde 1842.

2. Escola Primária (1871 – 1884)

Após mais de três anos desde a aprovação dos seus regulamentos, a Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos foi, enfim, inaugurada em vinte de maio de 1871, na Rua dos Ourives, n. 1, em uma sala do prédio do Arquivo Público.⁵⁶ Estavam presentes na cerimônia de inauguração trinta e uma personalidades da *Auxiliadora* e do Governo Imperial. Dentre filiados da *Auxiliadora*, estava presente o Barão das Três Barras, primeiro vice-presidente; Joaquim Antônio de Azevedo, segundo vice-presidente; José Pereira Rego Filho (1843 – 1828), secretário geral; José Augusto Nascentes Pinto, secretário adjunto; José Botelho de Araújo Carvalho, tesoureiro; José Manoel Garcia, diretor da escola, Camillo de Lellis da Silva Júnior, professor da escola; e Cândido José de Araújo Viana, Visconde de Sapucaí (1792 – 1875), membro do Conselho de Estado e senador.⁵⁷ Compareceram também diversos indivíduos vinculados a administração da educação na Corte, alguns dos quais igualmente compunham o corpo de membros da associação, como José Bonifácio Nascentes de Azambuja (1814 – 1877), Inspetor Geral

⁵⁴ Em retribuição, a SAIN nomeou João Alfredo Correia de Oliveira para sócio honorário. Cf. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, v. XL, 1872, n. 7; 10, p. 284; 434-5.

⁵⁵ BRASIL. **Ministério do Império (Bernardo Pereira de Vasconcellos) relatório do ano de 1837 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1838**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838, p. 32.

⁵⁶ XAVIER, Francisco José. Termo de inauguração... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, v. XXXIX, 1871, n. 6, p. 243.

⁵⁷ TERMO de inauguração da escola nocturna.... Ibidem, p. 243-4.

interino da Instrução Pública Primária e Secundária e filiado da *Auxiliadora*; Felipe da Motta Azevedo Corrêa, membro do conselho diretor da Inspeção da Instrução Pública e filiado; e o padre Guilherme Luiz de Araújo, coadjutor da freguesia do Santíssimo Sacramento. A cerimônia de inauguração também contou com a participação de D. Pedro II, presidente perpétuo da *Auxiliadora*; e o Príncipe Gastão de Orléans, o Conde d'Eu (1842 – 1922), presidente honorário.⁵⁸

No momento de sua instalação, a Escola Primária, contando com cerca de duzentos alunos,⁵⁹ era uma das seis escolas noturnas no município da Corte.⁶⁰ Contrapondo-se às adversidades dos anos anteriores, as aulas ocorreram sem contratempos. No mesmo sentido, os números de matrículas eram significativos. Ao longo do seu primeiro ano de atividade, o número de matrículas teria alcançado o marco de trezentos e noventa (390) matriculados.⁶¹ Os relatórios sobre os alunos igualmente traziam detalhes prosopográficos sobre eles.⁶² A partir desses relatórios, sabemos que a maioria dos alunos eram brasileiros (66%) – embora houvesse um número significativo de portugueses (28%), possuía entre 14 e 20 anos de idade (52%), seguidos por jovens entre 21 e 30 anos de idade (34%) e, dentre as dezenas de distintas profissões e ocupações das quais eram oriundos, um quinto era de carpinteiros (20%).

Tabela 1 – Perfil dos alunos matriculados na Escola Primária durante o ano de 1871.

	Nacionalidade	Idade	Profissão
Brasil	260 (66%)	14 – 20	Carpinteiros 80 (20%)
Portugal	112 (28%)	21 – 30	Pedreiros 27 (6.9%)
França	7 (1.7%)	31 – 40	Alfaiates 22 (5.6%)
Alemanha	4 (1%)	41 – 50	Caixeiros 19 (4.8%)
Rússia	2 (0.5%)	51 – 52	Marceneiros 19 (4.8%)
Espanha	1 (0.2%)		Serventes 18 (4.6%)
Países Baixos	1 (0.2%)		Ferreiros 15 (3.8%)
Paraguai	2 (0.5%)		Maquinistas 13 (3.3%)
Outros	1 (0.2%)		Outros 179 (45%)
Total		390	

⁵⁸ D. Pedro II se tornou presidente perpétuo da SAIN em 1865. Cf. SESSÃO do Conselho em 15 de abril de 1865. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, v. XIV, 1865, n. 6, p. 202.

⁵⁹ GARCIA, José Manuel. Relatório dos trabalhos... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XL, 1872, n. 9, p. 398-9.

⁶⁰ OLIVEIRA, Antonio de Almeida. **O ensino público**. Brasília: Senado Federal, 2003 [1873], Anexo 6.

⁶¹ BRASIL. **Ministério do Império. Ministro (João Alfredo Corrêa de Oliveira) Relatório do ano de 1871 apresentado à Assembléa Legislativa na 4ª Sessão da 14ª Legislatura**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872, p. 23-4.

⁶² GARCIA, José Manuel. Relatório dos trabalhos... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XL, 1872, n. 9, p. 403.

Fonte: GARCIA, José Manuel. Relatório dos trabalhos... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XL, 1872, n. 9, p. 403.

(1) Em uma inconsistência da fonte primária, consta 392 alunos na lista de profissões.

A Escola Primária separava seus alunos em duas seções e em quatro classes. As classes correspondiam aos progressos e performances dos alunos nos exames de habilitação, realizados a cada três meses. As seções correspondiam aos dias nas quais as aulas eram ministradas, uma vez que elas se intercalavam na semana, com as aulas para os alunos da primeira seção ministradas nas segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras; enquanto os alunos da segunda seção possuíam aulas nas terças-feiras, quartas-feiras e sábados. Naquele ano e em todos os anos seguintes nos quais a Escola Primária e o periódico estiveram em atividade, os trabalhos e progressos na escola foram relatados nas páginas do órgão de divulgação da *Auxiliadora*. A partir dessa documentação, sabemos que a Escola possuía um número crescente de matrículas duramente a maior parte da década de setenta. Através de suas páginas é também possível conhecer as notas, lista de aprovações e reprovações dos exames dos alunos.

Figura 1 – Tabela das lições da Escola Primária no terceiro trimestre do ano de 1871.

Tabella das lições da Escola Nocturna de Adultos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional			
TERCEIRO TRIMESTRE DO ANNO DE 1871			
HORAS	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe
7 — 7 20 ^m	Instrucção moral e religiosa.	Correcção de trabalhos escriptos.	Correcção de trabalhos escriptos.
7 20 ^m — 7 40 ^m	Leitura.	Religião.	Arithmetica.
7 40 ^m — 8	Leitura.	Arithmetica.	Religião.
8 — 8 30 ^m	Arithmetica.	Escripta.	Leitura.
8 30 ^m — 9	Escripta.	Leitura.	Escripta.
1ª Secção: Segundas, Quartas e Sextas-feiras. — 2ª Secção: Terças, Quintas e Sabbados.			

Rio de Janeiro, em 3 de Junho de 1871.

JOSÉ MANOEL GARCIA, Director.

Fonte: GARCIA, José Manoel. Tabella das lições da Escola.... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XXXIX, 1871, n. 6, p. 281.

As instalações da escola eram sabidamente modestas. Por vezes, o próprio diretor dos cursos comentava, em seus relatórios para o Conselho, acerca de problemas nas

condições do prédio. Contou, contudo, com pequenos progressos, como o estabelecimento de uma biblioteca no prédio da Escola Primária em setembro de 1871, frequentada por docentes e discentes. O enxuto acervo possuía cerca de duzentas obras, dos quais cento e trinta havia sido doado pelo diretor José Manuel Garcia,⁶³ “onde já se encontram tratados de pedagogia e obras que versam sobre todas as matérias ensinadas na escola.”⁶⁴ Além dos custos operacionais, a *Auxiliadora* também custeava o material escolar dos alunos, distribuindo os livros utilizados nas disciplinas para aqueles que não pudessem pagar por eles, bem como papel, penas, tinta, lápis, lousas e réguas.⁶⁵

Do outro lado, o corpo docente era igualmente pequeno. Durante os primeiros anos de atividade, eram quatro os professores empregados pela escola, um titular e três adjuntos. A partir de 1876, porém, o número de alunos não justificava os elevados custos para manter quatro professores, o que fez com que o tamanho do corpo docente fosse reduzido para apenas dois professores, um titular e um adjunto. Apenas na década de oitenta o número de professores passaria por alterações, foi a contratação de mais um professor, totalizando três professores.

Figura 2 – Fotografia do prédio do Arquivo Público datada entre 1870 e 1907, na Rua dos Ourives, n. 1, onde foi estabelecida a Escola Primária entre 1871 e 1874.



⁶³ GARCIA, José Manuel. Relatório dos trabalhos... *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XL, 1872, n. 10, p. 452-3.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 453.

⁶⁵ SESSÃO do Conselho em 15 de Janeiro de 1872. *Ibidem*, n. 1, p. 8.

Fonte: Fundo Arquivo Nacional.

As condições precárias do prédio do Arquivo Público logo trouxeram problemas. Em fevereiro de 1874, uma revisão das condições das salas da Escola Primária, realizadas pela Inspetoria de Instrução Pública,⁶⁶ fez com que a *Auxiliadora* a transferisse para um prédio na Rua São Pedro, n. 300, onde estava estabelecida a Escola Industrial.⁶⁷ O novo prédio havia sido alugado pela associação e parcialmente custeado por ela, concorrendo o Tesouro Nacional com a soma mensal de trezentos mil réis (300\$000).⁶⁸ A Escola Primária continuou no prédio na Rua São Pedro até 1877. Meses antes, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império comunicou, em 14 de agosto de 1876, não poder continuar a prestar o auxílio para o aluguel da casa em que funcionavam as aulas.⁶⁹ Sem a concorrência do subsídio, as escolas foram transferidas para a Praça da Aclamação, n. 31, endereço do prédio do Museu Nacional.

As mudanças de endereços parecem ter afetado a frequência dos alunos. Entre janeiro e março de 1878, o número alunos matriculados era de apenas 85.⁷⁰ O relatório de 1879 do diretor José Manoel Garcia notificou o Conselho sobre o problema da evasão escolar. Em suas palavras, “Os professores, particularmente os da Escola Noturna, foram geralmente assíduos. Outro tanto se não pode dizer da maioria dos alunos, que, sem motivo plausível, abandonaram as aulas, no meiado do ano.” Quaisquer que fossem as razões dos alunos ausentes, o resultado era que apenas um terço dos matriculados na Escola Primária comparecia às aulas.⁷¹ Assim, os números de matrículas não contam toda a história, uma vez que a frequência desses alunos aparentou ter sido um frequente problema. Mesmo durante os primeiros anos, dos duzentos e quarenta (240) alunos da Escola, cerca duzentos (200) frequentavam as aulas.⁷² Em 1884, em meio a redução no

⁶⁶ SESSÃO do Conselho em 3 de Fevereiro de 1874. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XLII, 1874, n. 2, p. 55.

⁶⁷ SESSÃO do Conselho em 18 de Fevereiro de 1874. *Ibidem*, n. 3, p. 104.

⁶⁸ SESSÃO do Conselho em 1º de Maio de 1874. *Ibidem*, n. 5, p. 184-5.

⁶⁹ SESSÃO do Conselho em 21 de Agosto de 1876. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, v. XLIV, 1876, n. 9, p. 331.

⁷⁰ RELAÇÃO dos alumnos matriculados... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XLVI, 1878, n. 4, p. 94.

⁷¹ GARCIA, José Manoel. Escolas Nocturnas. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XLVIII, 1880, n. 1, p. 9.

⁷² SESSÃO do Conselho em 1º de Maio de 1872. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XL, 1872, n. 5, p. 186; SESSÃO do Conselho em 1º de Julho de 1872. *Ibidem*, n. 7, p. 275.

número de alunos e dificuldades orçamentárias, novos regulamentos foram aprovados para condensar o número de classes e se integrar a Escola Industrial.⁷³

3. Escola Industrial (1872 – 1884)

As deliberações sobre o estabelecimento da Escola Industrial foram suspensas até a inauguração da Escola Primária. Quando retomadas, o projeto se mostrou mais enxuto, com a marcada ausência das aulas práticas. O termo *industrial* também passava a trazer uma semântica mais próxima do presente, com o seu currículo trazendo pouquíssimas disciplinas relacionadas à agricultura. Sua trajetória até a inauguração, porém, foi menos turbulenta e sem dificuldades para se conseguir alunos. Em junho de 1872, José Manoel Garcia notificou o Conselho que a Secretaria de Estados dos Negócios do Império havia alugado o primeiro andar de um prédio na Rua do Carmo, n. 1, “esquina da Assembleia”, para o funcionamento da escola.⁷⁴ O Governo Imperial dispendia cento e vinte mil réis (120\$000) mensais com o aluguel e disponibilizou até quinhentos mil réis (500\$000) para as despesas necessárias do prédio.⁷⁵

Os regulamentos da Escola Industrial foram aprovados em julho de 1872. Assim como a Escola Primária, poderiam se matricular homens livres maiores de quatorze anos de idade; diferentemente, porém, havia a necessidade de aprovação em um exame de admissão. Ordinariamente, os cursos teriam início em três de fevereiro e se encerrariam em trinta e um de outubro, com três dias letivos por semana, em datas alternadas, e seguindo os mesmos feriados das escolas públicas. Durante o verão, as aulas eram iniciadas às dezenove horas da noite e terminavam às dez horas; no inverno, os horários eram uma hora mais cedo. Novamente, assim como na escola irmã, os exames finais eram realizados no fim do ano, com a elegibilidade dos alunos para os exames sendo uma incumbência dos professores. A aprovação em todas as matérias de um dos cursos garantiria o diploma de engenheiro mecânico.⁷⁶

⁷³ REGULAMENTO para os cursos.... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. LIII, 1885, n. 2, p. 26-9.

⁷⁴ SESSÃO do Conselho em 15 de Junho de 1872. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XL, 1872, n. 6, p. 234.

⁷⁵ SESSÃO do Conselho em 1º de Julho de 1872... Ibidem, n. 7, p. 276.

⁷⁶ GARCIA, José Manuel. Instruções para a abertura... Ibidem, n. 7, p. 293.

Tabela 2 – Lista de matérias ofertadas pela Escola Industrial em 1872.

	Curso Preparatório	Curso Industrial
1º Ano	Gramática, Filologia e Composição Portuguesa Aritmética, Álgebra e Metrologia Geografia Geral e Corografia do Brasil Lógica Francês Desenho Linear	Geometria Descritiva e Perspectiva Física Química Contabilidade, escrituração e legislação industrial Alemão Desenho aplicados às artes e ofícios
2º Ano	Literatura Portuguesa e Brasileira Geometria, Trigonometria e Estereometria Principais época da história geral e da do Brasil Ciência Moral Inglês Desenho de Ornatos	Mecânica Física Industrial Química Industrial Zoologia, Botânica e Tecnologia Orgânica Economia e Estatística Industrial Desenho figurado e máquinas
3º Ano		Mecânica Industrial Mineralogia, Geologia e Tecnologia Mineral Construção Civil Geografia e História Industrial Higiene Industrial Desenho de Máquinas e Arquitetura.

Fonte: GARCIA, José Manuel. Instruções para a abertura... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XL, 1872, n. 7, p. 291-5.

A Escola Industrial foi inaugurada oficialmente em 9 de setembro de 1872.⁷⁷ Anteriormente, porém, desde agosto já funcionavam seus primeiros cursos, de inglês e francês, ministrados por Jasper Lafayette Harben e Manoel de Mello Braga, respectivamente, transferidos da Escola Primária. Em seguida, foram abertas as aulas de gramática, filologia e composição portuguesa; de aritmética, álgebra e metrologia; de geografia geral e corografia do Brasil; de lógica; de desenho linear; de geometria, trigonometria e estereometria; de história geral e do Brasil; e de alemão.⁷⁸ Durante esses primeiros anos, os professores da Escola Industrial não eram remunerados; usualmente, eles eram filiados da *Auxiliadora* que se voluntariaram a dar aulas. De todo modo, apesar da extensa lista de matérias ofertadas (ver Tabela 2), apenas um pequeno número de

⁷⁷ REGO FILHO, José Pereira. Relatório dos trabalhos... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XLI, 1873, n. 12, p. 519.

⁷⁸ João Baptista de Noronha Feital para a cadeira de Aritmética, Álgebra e Metrologia; Nuno Ferreira de Andrade para a de Lógica; Alberto Augusto Isaacson para a de Desenho Linear; e João Henrique Bracon para a de Alemão. Cf. SESSÃO do Conselho em 19 de Agosto de 1872. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XL, 1872, n. 8, p. 329.

matérias funcionou durante seu primeiro ano, devido à falta de alunos nos anos seguintes.⁷⁹

Não foram encontrados os números referentes às matrículas para o seu primeiro ano de atividade; em compensação, se obteve os números para o ano de 1873, no qual a Escola Industrial possuía apenas 105 alunos. Em sua maioria, eram brasileiros (86%) e jovens entre 14 e 21 anos de idade (56%). E embora a nacionalidade e faixa etária fossem similares aos dos alunos da Escola Primária, a profissão deles, porém, aparentou indicar que um público distinto frequentava suas aulas, o que pode ser explicado pelo nível avançado das classes oferecidas. O grupo composto por estudantes (19%), isto é, sem uma profissão declarada, era o maior entre os alunos (ver Tabela 3).

Tabela 3 – Perfil dos alunos matriculados na Escola Industrial durante o ano letivo de 1873.

Nacionalidade		Idade		Profissão	
Brasil	91 (86%)	14 – 21	59 (56%)	Estudantes	20 (19%)
Portugal	10 (9.5%)	22 – 40	46 (43%)	Caixeiros	16 (15%)
Espanha	1 (0.9%)			Funcionário Público	15 (14%)
França	1 (0.9%)			Maquinistas	10 (9.5%)
Alemanha	1 (0.9%)			Tipógrafos	10 (9.5%)
Polônia	1 (0.9%)			Outros	34 (32%)
Total			105		

Fonte: GARCIA, José Manoel. Nota estatística... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, v. XLI, 1873, n. 5, p. 204.

Divididos entre 105 alunos, foram realizadas 242 matrículas em 8 diferentes classes, com as mais populares sendo as classes de francês (26.4%) e gramática e composição portuguesa (26.4%). Destarte, apesar do número menor de alunos, a Escola Industrial se destacou por um ensino técnico e de matérias avançadas (ver Tabela 4). Nos anos seguintes, seriam adquiridos equipamentos para a construção de um laboratório de química e física⁸⁰ e seriam abertas aulas experimentais de música vocal.⁸¹

⁷⁹ SESSÃO do Conselho em 15 de Janeiro de 1873. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XLI, 1873, n. 2, p. 42.

⁸⁰ SESSÃO do Conselho em 18 de Fevereiro de 1885. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, v. LIII, n. 2, p. 26.

⁸¹ SESSÃO do Conselho em 1 de Julho de 1879. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, v. XLVII, 1874, n. 7, p. 145.

Tabela 4 – Lista de matérias com o número de correspondente de matrículas da Escola Industrial durante o ano de 1873.

Aulas	Alunos
Gramática e composição portuguesa	63 (26.4%)
Francês	64 (26.4%)
Inglês	37 (15.2%)
Alemão	6 (2.4%)
Aritmética, Álgebra e Metrologia	44 (18.18%)
Geometria, Trigonometria e Estereometria	10 (4.1%)
Geografia Geral e Corografia do Brasil	10 (4.1%)
Desenho Linear	8 (3.3%)
Total:	242

Fonte: Ibidem, p. 205.

Assim como aconteceu com a Escola Primária, entre os problemas enfrentados por sua administração estavam as condições precárias do prédio no qual estava sediada. Em março do ano de 1873, insatisfeitos com as condições do prédio na Rua do Carmo, o diretor tomou a iniciativa de alugar um prédio na Rua São Pedro, n. 316 para o funcionamento das aulas.⁸² Quatro anos mais tarde, em 1877, dificuldades financeiras para manter o aluguel das salas no prédio na Rua São Pedro fizeram com que a Escola Industrial fosse transferida para a Praça da Aclamação, n. 31. Fossem as mudanças de endereço ou outros problemas, a Escola Industrial foi de um sucesso modesto inicial para um estado no qual mal possuía alunos em número suficiente para justificar sua existência. Em 1880, o diretor José Manoel Garcia comentou que as salas da Escola Industrial possuíam “quatro a cinco alunos” em cada classe.⁸³

4. Reformulações e Finais (1885 – 1902)

Com a Escola Primária e a Escola Industrial funcionando no mesmo prédio e compartilhando todo o mais, os regulamentos foram reformados para se adequar às novas condições. Apesar de nada ter sido alterado no currículo da Escola Primária, isto é, se continuaria a “ensinar-se-á a ler, escrever e contar, elementos de gramática nacional, sistema dos pesos e medidas, aritmética, geografia, elementos da história do Brasil e geometria linear”;⁸⁴ se buscou reduzir o escopo do currículo da Escola Industrial, restando

⁸² SESSÃO do Conselho em 4 de Março de 1873. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XLI, 1873, n. 3, p. 89-100.

⁸³ GARCIA, José Manoel. *Escolas Nocturnas*. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, v. XLVIII, 1880, n. 1, p. 9.

⁸⁴ Ibidem, p. 26-7.

apenas cinco cursos: desenho linear, escrituração mercantil, elementos de geometria e álgebra, e de física e química.⁸⁵ Em realidade, porém, fosse em razão da falta de professores⁸⁶ ou do desinteresse de alunos, a Escola Industrial já estava reduzida apenas ao curso de desenho linear desde 1884, o único com alunos matriculados. A discrepância entre o número de alunos se tornou ainda maior, enquanto a Escola Primária contava com 209 alunos matriculados, a Escola Industrial contava com apenas sete alunos e com uma frequência média de cinco.⁸⁷ Nos anos seguintes, esse problema apenas se agravou.

Em 15 de dezembro de 1892, o diretor dos cursos, Francisco Carlos da Silva Cabrita (1857 – 1923), enviou um ofício para o Conselho no qual informava a realização dos exames nas Escolas entre os dias cinco e dez daquele mês, mas que boatos acerca da interrupção do auxílio fornecido pelo Governo Federal para a *Auxiliadora* havia “combalido o espírito os corpos docente e discentes”.⁸⁸ O diretor dos cursos se referia ao subsídio de seis contos de réis (6:000\$000) que o Tesouro Nacional enviava anualmente. A origem desse subsídio remonta ao ano de 1842, quando a Secretaria de Estado dos Negócios do Império passou a adquirir exemplares d’*O Auxiliador da Indústria Nacional*. Na década seguinte, o subsídio, que havia se iniciado com a módica quantia anual de setecentos e vinte mil réis (720\$000), se tornou quatro mil contos de réis (4:000\$000), por razão do aumento do número de exemplares adquiridos. Em 1863, a recém-criada Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas também passou a subsidiar a associação com um adicional de dois mil contos de réis (2:000\$000). Portanto, desde a década sessenta, a agremiação se mantinha com o subsídio 6:000\$000 do erário.

Por muito tempo dificuldades financeiras ameaçaram a existência das escolas. Em 1875, a Seção de Finanças da *Auxiliadora* propôs, entre outras medidas, fechar a Escola Primária, como parte de um esforço para eliminar o crescente déficit da agremiação.⁸⁹ Apenas a Escola Industrial continuaria suas atividades.⁹⁰ De acordo com alguns membros,

⁸⁵ REGULAMENTO para os cursos... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. LIII, 1885, n. 1, p. 26-9.

⁸⁶ Em uma segunda nota, os professores da Escola Industrial passaram a ser remunerados.

⁸⁷ ESCOLA Nocturna... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, v. LIII, 1884, n. 3, p. 68.

⁸⁸ SESSÃO do Conselho, em 15 de Dezembro de 1892. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: [s.n.], v. LXI, 1896, n. 1, p. 4-5.

⁸⁹ SESSÃO da Assembléa Geral em 15 de Fevereiro de 1875. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XLIII, 1875, n. 2, p. 58.

⁹⁰ Entre outras propostas aprovadas para eliminação do déficit estava supressão do ensino religioso, ministrado aos domingos. Cf. *Ibidem*, p. 63.

a escola não mais cumpria a sua função de preparar alunos para a Escola Industrial.⁹¹ Propôs-se também oferecer para o Governo Imperial a sua administração, como medida para exonerá-la dos seus custos.⁹² O tesoureiro da associação, porém, José Botelho de Araújo Carvalho – o mesmo que, outrora, havia se manifestado contra a criação das escolas, se ofereceu para abdicar de sua gratificação mensal em benefício da Escola Primária.⁹³ Esse reembolso teve lugar até os últimos dias do funcionamento da escola. Entre os anos de 1871 e 1891, foram despendidos, em média, 3:647\$386 réis anuais com as escolas, correspondendo a pouco mais de 34% das despesas totais da *Auxiliadora*. Em média, se gastou três vezes mais com Escola Primária do que com a Industrial.

Ao fim, não era apenas um boato as informações sobre a interrupção do subsídio pago pelo Governo Federal. Argumentando que a associação era apenas um estabelecimento municipal, não justificando a existência de um subsídio federal para sua manutenção, o Congresso Nacional suprimiu o subsídio de seis contos de réis em 1892.⁹⁴ Por consequência, as atividades mais onerosas da agremiação foram interrompidas, isto é, a publicação d'*O Auxiliador*, a Escola Primária e a Escola Industrial.⁹⁵ A *Auxiliadora* era incapaz de realizar tudo aquilo que se dedicou a realizar pelos seus próprios meios, a receita obtida somente a partir da venda do periódico e das mensalidades pagas por seus associados raramente conseguiam cobrir todas as suas despesas. Por essa razão, as aulas foram suspensas no ano de 1893.

No ano seguinte, porém, o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas informou ao Conselho que a subvenção havia sido restabelecida pelo Congresso Nacional.⁹⁶ Assim, em 1894, em vista das novas condições financeiras, a Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos e a Escola Industrial foram reabertas e fusionadas em uma nova instituição, intitulada tão-somente Escola Noturna Gratuita para Adultos. Sob a nova organização, em vez de classes, seriam ofertadas aulas avulsas, ministradas por cinco professores. Designadas em uma estrutura similar às escolas que substituiu, o

⁹¹ Idem.

⁹² Idem.

⁹³ O tesoureiro abdicou de sua gratificação em benefício da Escola Primária desde o ano de 1868. Cf. *Ibidem*, p. 58

⁹⁴ BRASIL. **Coletção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1892**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. I-II, 1893, p. 148.

⁹⁵ SESSÃO do Conselho, em 15 de Maio de 1893. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: [s.n.], v. LXI, 1896, n. 1, p. 9.

⁹⁶ SESSÃO do Conselho, em 15 de Abril de 1893. *Ibidem*, p. 7.

período letivo tinha início em primeiro de março até trinta de novembro, no período noturno, das sete às nove horas da noite,⁹⁷ com oito disciplinas ofertadas:

1^a Instrução primária (ler, escrever e contar); 2^a Português (gramática, exercícios de redação em seus diferentes ramos); Francês (gramática, tradução de autores fáceis); 3^a Elementos de geografia geral, desenvolvidos na parte relativo ao Brasil, história do Brasil. 4^a Aritmética, até regra de três e suas aplicações, inclusive álgebra, até equações do 2^o grau a uma incógnita; 5^a Geometria prática, desenho industrial; 6^a Elementos de física e química; 7^a Elementos de história natural (com aplicações à indústria), e higiene das habitações; 8^a Elementos de mecânica.⁹⁸

Um ano mais tarde, o restabelecimento do subsídio se mostrou efêmero. Na lei orçamentária para 1897, publicada em 10 de dezembro de 1896, o subsídio à *Auxiliadora* foi derradeiramente suprimido.⁹⁹ Apesar de não se ter encontrado registros diretos da atividade da Escola após o ano de 1896, há alguma evidência de que ela continuou em atividade até, pelo menos, o ano de 1902 – a despeito da ausência de concorrência governamental. Em primeiro lugar, revistas do período, como o *Almanak Laemmert*, continuaram a mencionar a escola entre as instituições de ensino do município.¹⁰⁰ Segundo, a lei orçamentária federal para o ano de 1903, publicada em 30 de dezembro de 1902, fez referência ao funcionamento da escola em um prédio público, supostamente o antigo prédio do Museu Nacional, na Praça da Aclamação, que necessitava de reparos.¹⁰¹ Em terceiro lugar, a composição do Conselho da *Auxiliadora* trouxe listada a posição de diretor de cursos¹⁰² até o ano de 1902.¹⁰³ Dois anos mais tarde, a própria *Sociedade Auxiliadora* encerrava suas atividades.

Após anos de declínio, que culminaram na supressão do subsídio governamental, as condições continuaram a se agravarem nos anos seguintes. Diante das dificuldades para

⁹⁷ SESSÃO da Assembleia Geral, em 15 de Maio de 1894. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: [s.n.], v. LXI, 1896, n. 1, p. 22-6.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 24.

⁹⁹ BRASIL. **Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1896**. Partes I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, p. 85.

¹⁰⁰ SAUER, Arthur. **Colegios. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro**. Indicador para 1900. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, ano 57, 1902, p. 474.

¹⁰¹ BRASIL. **Lei nº 957, de 30 de dezembro de 1902**. Fica a despeza geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

¹⁰² Foram diretores Joaquim Antônio de Azevedo (1868 – 1870), José Manoel Garcia (1870 – 1875), Alexandre A. da Rocha Sattamini (1875), Antonio José de Souza Rego (1876 – 1877), José Pereira Rego Filho (1878), José Manoel Garcia (1878 – 1881), Francisco Antonio Pessoa de Barros (1882 – 1883), José Manoel Garcia (1884), Francisco Antonio Pessoa de Barros (1884 – 1892), Julio Pinna Rangel (1892), Francisco Carlos da Silva Cabrita (1892 – 1893), Paulino Martins Pacheco (1893 – 1902) e Francisco Joaquim Bethencourt da Silva (1902).

¹⁰³ SAUER, Arthur. **Industria, Grupo 6º. Almanak Laemmert do Rio de Janeiro para 1902**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, ano 57, 1902, p. 734.

reerguer a agremiação,¹⁰⁴ foi aprovada a sua fusão e do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão no Centro Industrial do Brasil, fundado em 10 de agosto de 1904.¹⁰⁵ Uma associação projetada para ser um órgão de classe de industriais e defender os interesses da indústria, em sua acepção contemporânea. A Escola, contudo, não integrava os objetivos da nova agremiação. Após diversas alterações,¹⁰⁶ o Centro Industrial do Brasil acabou por se tornar a Federação Industrial do Rio de Janeiro (Firjan),¹⁰⁷ representada nacionalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

5. Considerações Finais

Até o ano de 1892, foi estimado que 5237 alunos passaram pelos bancos de Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos e da Escola Industrial, “adultos que de homens-máquinas se transformaram em operários cientes e conscientes”, nas palavras de Nicolau Joaquim Moreira, presidente da *Auxiliadora* entre os anos de 1880 e 1894.¹⁰⁸ Um número que pode se estimar maior, considerando que as escolas continuaram funcionando por mais doze anos após essa estimativa. Embora não tenha sido possível estimar, para todo o período, o número específico de alunos que frequentaram apenas a Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos, as frequentes queixas sobre a falta de alunos nas classes da Escola Industrial e os números correspondentes aos primeiros anos parecem indicar que a maioria desses alunos compareciam às aulas da primeira (ver Gráfico 1). Em trinta e três anos de funcionamento, portanto, apesar de lacunas sobre a assiduidade desses alunos, as escolas atenderam a uma parcela significativa da população carioca.

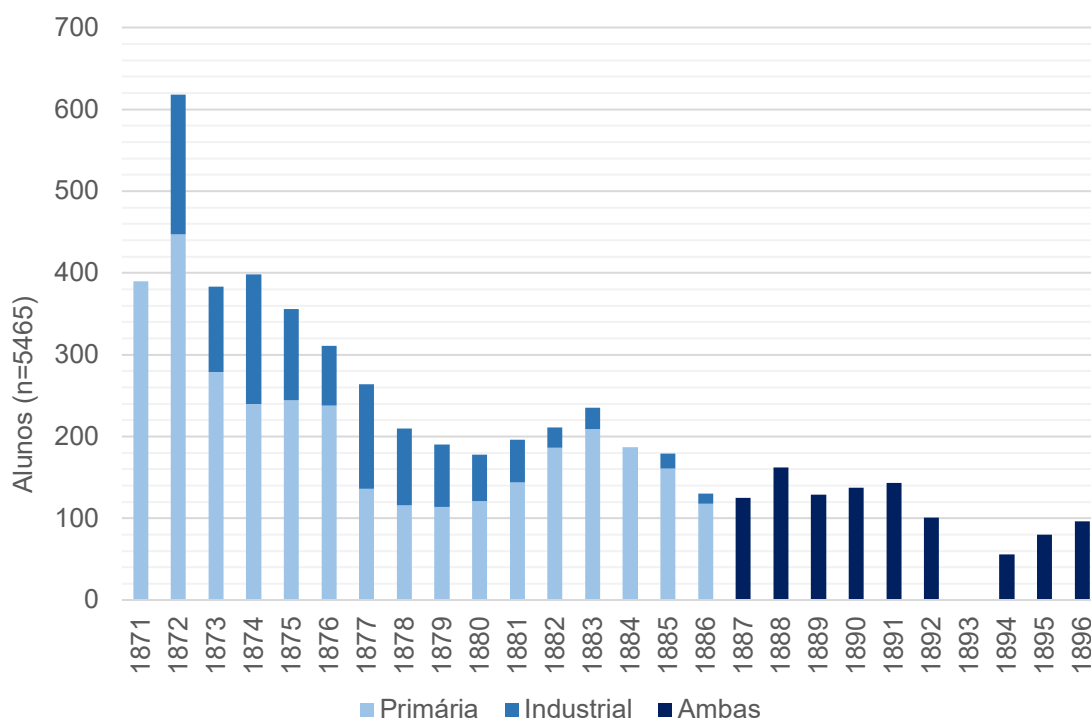
¹⁰⁴ WEID, Elisabeth von der (org.). **Apontamentos para a história do Centro Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Portinho Cavalcanti, 1977, p. 21-22.

¹⁰⁵ ASSOCIAÇÕES Centro Industrial do Brasil. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, ano 84, n. 247, p. A4, 13 de agosto de 1904

¹⁰⁶ **Boletim do Centro Industrial do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Comércio, v. I, 1905, n. 1.

¹⁰⁷ WEID, Elisabeth von der (org.). op. cit., p. 22.

¹⁰⁸ MOREIRA, Nicolau Joaquim. Parte Oficial. **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, v. LX, 1892, n. 12, p. 265.

Gráfico 1 – Histórico do número de alunos matriculados na Escola Primária e na Escola Industrial entre 1871 e 1896.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda que a Escola Industrial tenha sido o primeiro e principal projeto educacional da agremiação, inclusive aquele que mais se adequava aos seus estatutos, foi a Escola Primária que conquistou o maior número de alunos e, por conseguinte, maior financiamento. Uma realidade que refletia a sociedade para qual ela foi criada, composta, em sua expressiva maioria, por analfabetos. O desejo de uma educação profissionalizante, para auxiliar no desenvolvimento da agricultura e indústria nacional, se viu frustrado diante da carência de operários e lavradores de um básico educacional para se construir uma instrução especializada. Isso pôde ser observado pelo pequeno número de alunos na Escola Industrial em comparação com a Escola Primária. A incumbência no provimento do ensino primário, uma tarefa eminentemente governamental, não poderia ser completamente substituída por esforços privados. A *Auxiliadora* não poderia e tampouco quereria se dedicar integralmente à instrução primária de jovens e adultos; e muito embora tenha corretamente antecipado a necessidade de uma instituição de ensino elementar para preparar os alunos para a Escola Industrial, subestimaram os esforços necessários.

À parte dos problemas relacionados aos vínculos da *Auxiliadora* com o Estado brasileiro, as dificuldades enfrentadas pelas escolas da associação eram compartilhadas

por instituições congêneres. Os cursos noturnos penavam para conseguir alunos e manter os matriculados frequentando as aulas. Apesar de mais bem sucedidas que suas contrapartes, as escolas sofreram com a baixa frequência de alunos durante a maior parte de suas trajetórias. No discurso de inauguração, José Manoel Garcia tentava convencer potenciais alunos a se matricular, a maioria dos quais inseridos no mundo do trabalho. Em determinado trecho, o diretor pareceu reconhecer a origem dos problemas com o número e frequência dos alunos, isto é, a dificuldade de conciliar um trabalho em tempo integral com o estudo noturno: “Nunca vos haveis de arrepender de ter vindo aqui passar, depois das canseiras da oficina durante o dia algumas horas da noite, que poderíeis gastar em prazeres arruinadores da saúde, senão comprometedores da honra”.¹⁰⁹ Reconhecendo, portanto, que para frequentar a escola os alunos haveriam de preterir suas poucas horas de lazer e destiná-las a um estudo que apenas possivelmente poderia gerar um benefício concreto para eles.

Sob a luz dessas características, a historiografia, de maneira geral, parece ter desenvolvido uma perspectiva negativa das escolas noturnas desse período, com críticas que perpassam o caráter tecnicista de cursos voltados ao mundo do trabalho até a tradicional suspeição em relação a empreendimentos burgueses.¹¹⁰ Para além de investigações acerca de supostas reais motivações, os projetos educacionais tratados nesta pesquisa reforçam a imbricada relação entre a instrução primária, educação técnica, civilização e industrialização. Uma relação reconhecida por diversos intelectuais e políticos do período e que, no interior da *Auxiliadora*, foi capitaneada por Joaquim Almeida de Azevedo, um indivíduo de origem humilde que enxergou na educação uma ferramenta transformadora para indivíduos e nações. Em debates internos, as escolas eram apresentadas como parte de um projeto civilizatório e, simultaneamente, uma melhora para as condições de vida dos trabalhadores, como nas palavras de Nicolau Joaquim Moreira e dos demais membros da comissão responsável por analisar os projetos:

Tornar mais inteligente e mais hábil o operário, esclarecê-lo pela ciência, fazer mais produtivo o trabalho do homem, origem de todos os gozos, fonte de seu bem-estar, é uma necessidade palpitante, reconhecida e afagada por todos os governos dos povos civilizados.

¹⁰⁹ GARCIA, José Manoel. Discurso proferido pelo mestre em artes... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, v. XXXIX, 1871, n. 6, p. 245.

¹¹⁰ COSTA, Ana Luiza Jesus da. **À Luz das Lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)**. 2007. 174 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

[...]

Fazer por tanto trabalhar a inteligência do artista é elevar o valor de suas obras, é dar-lhe maior salário, e tornar-lhe a vida mais suave.¹¹¹

As perspectivas presentes nas discussões contemporâneas às escolas e na historiografia refletem o longínquo debate sobre a quem deve recair a incumbência pela educação profissionalizante, debate que se estende até os dias de hoje. Não obstante as trajetórias das escolas tenham se encerrado no início do século XX, enquanto predecessora da Firjan e CNI, os fundamentos e objetivos da *Sociedade Auxiliadora* para a criação de uma educação profissionalizante, a partir de uma iniciativa privada e com a concorrência governamental, se mostraram frutíferos através do Sistema S. Primeiro, na forma do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), estabelecido em 1842,¹¹² e, posteriormente, com o Serviço Social da Indústria (SESI), criado em 1946. Assim como *Auxiliadora* e o Governo Imperial, a longevidade do SENAI e SESI repousa sobre as relações com o Governo Federal. Apesar de algumas imprecisões acerca de sua história,¹¹³ hoje a Firjan reivindica a escolas dos Auxiliadores como predecessoras de suas atividades.¹¹⁴

Referências

Fontes

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Indicador para 1900. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil.

Boletim do Centro Industrial do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & Comp., 1905.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1820 – 1904.

O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, 1833-1892; 1896.

O Trabalho: periodico da Sociedade Reunião dos Expositores da Industria Brasileira, Rio de Janeiro, 1870.

Documentos oficiais:

¹¹¹ MOREIRA, Nicolau Joaquim. Relatório da Comissão... **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographia Industria Nacional de Cotrim e Campos, v. XIV, 1866, n. 8, p. 303; 308.

¹¹² MÜLLER, Meire Terezinha. O SENAI e a educação profissionalizante no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 10, n. 40, p. 189–211, 2012.

¹¹³ O portal da Firjan coloca o ano de 1870 como o início do funcionamento da Escola Primária e 1873 da Escola Industrial.

¹¹⁴ ESCOLA Noturna e Escola Industrial. **Firjan**. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/firjan-190-anos/card/escola-noturna-e-escola-industrial-a-sain-e-suas-escolas.htm>>. Acesso em 09 fev. 2022.

BRASIL. *Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1892*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. I-II, 1893.

BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1857*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, t. XX, v. II, 1857.

BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1830*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, t. II, 1876.

BRASIL. *Ministério do Império (Bernardo Pereira de Vasconcellos) relatorio do anno de 1837 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1838*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1838.

BRASIL. *Ministério do Império (Paulino José Soares de Souza) relatorio do anno de 1869 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na sessão segunda sessão da décima quarta legislatura em 1870*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

BRASIL. *Ministério do Império. Ministro (João Alfredo Corrêa de Oliveira) Relatório do anno de 1871 apresentado à Assembléa Legislativa na 4ª Sessão da 14ª Legislatura*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

BRASIL. *Lei nº 957, de 30 de dezembro de 1902*. Fica a despeza geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1903, e dá outras providencias. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-957-30-dezembro-1902-584036-publicacaooriginal-106805-pl.html>>. Acesso em: 5. nov. 2021.

Documentos institucionais:

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. *Relação de Socios, Perpetuos, Honorarios, Correspondentes e Effectivos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional....* Rio de Janeiro: Typographia Industria Nacional de Cotrim & Campos, 1866.

ESCOLA Noturna e Escola Industrial. *Firjan*. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/firjan-190-anos/card/escola-noturna-e-escola-industrial-a-sain-e-suas-escolas.htm>>. Acesso em 09 fev. 2022.

Bibliografia:

BIELINSKI, Alba Carneiro. *Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro – dos pressupostos aos reflexos de sua criação – de 1856 a 1900*. 2003. 215 f. Dissertação (Mestrado em História e Crítica da Arte) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. *À Luz das Lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)*. 2007. 174 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. *Educação & Sociedade* [online], Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, Dec. 2002. Available from: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008100003>>. Acesso em 11 Feb. 2021.

LEFF, Nathaniel Hyman. Economic Retardation in Nineteenth-Century Brazil. *The Economic Histor Review*, 1972, v. 25, n. 3, p. 489-507.

LIMA, Sílvio Cezar de Souza. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*. 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, 2005.

MIZUTA, Celina Midori Murasse. *A escola noturna de instrução primária para adultos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*. In: 2 Encontro Do Grupo Interdisciplinar De Pesquisa Em Artes da FAP, 2009, Curitiba. v. 1.

MÜLLER, Meire Terezinha. O SENAI e a educação profissionalizante no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 10, n. 40, p. 189–211, 2012.

NETTO, Ladislau de Souza Mello. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870.

OLIVEIRA, Antonio de Almeida. *O ensino público*. Brasília: Senado Federal, 2003 [1873].

RANGEL, Ronaldo Raemy. *A trajetória da Sociedade Amante da Instrução: entre o pragmatismo e o humanismo da elite imperial (1829 - 1876)*. 2013. 189 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.

WEID, Elisabeth von der (org.). *Apontamentos para a história do Centro Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Portinho Cavalcanti, 1977.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara que não há conflito de interesse e que ele contempla todos os critérios de autoria.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.